

SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações
Contábeis Individuais e Consolidadas de acordo com as práticas
adotadas no Brasil
31 de dezembro de 2024
REA 175/2025

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	2
Balanços Patrimoniais	5
Demonstrações do Resultado do Exercício	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	8
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Sorrento Administração e Participações S.A.
Curitiba – PR – Brasil

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sorrento Administração e Participações S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sorrento Administração e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Não identificamos nenhum assunto que consideramos de matéria relevante para menção em nosso relatório de auditoria.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

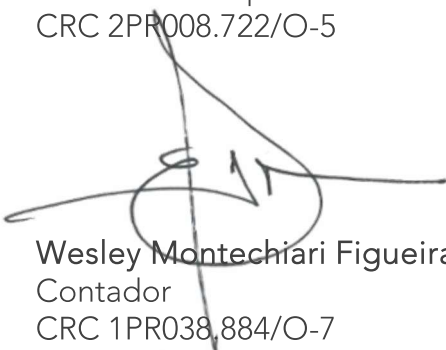
- ▶ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ▶ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- ▶ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- ▶ Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- ▶ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- ▶ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 31 de março de 2025.

VBR Brasil - Valuconcept
Auditores Independentes S/S
CRC 2PR008.722/O-5



Wesley Montechiari Figueira
Contador
CRC 1PR038.884/O-7



Tiago Andrade Mancarz
Contador
CRC 3PR064611/O-2



SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanças Patrimoniais
31 de dezembro de 2024
(Em reais)

Ativo	Nota	31.12.2024	31.12.2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Circulante		<u>53.203.995</u>	<u>79.871.156</u>	Circulante		<u>436.434</u>	<u>6.061.414</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.823.037	9.638	Contas a pagar		51.699	29.736
Ativos financeiros	5	43.596.478	71.919.624	Obrigações tributárias	10	49.022	5.656.880
Tributos a recuperar	6	7.701.319	7.345.210	Obrigações sociais e trabalhistas	11	323.943	366.357
Despesas antecipadas		41.894	46.430	Outras contas a pagar	12	11.770	8.441
Adiantamentos e outros créditos		41.267	550.254				
Não Circulante		<u>31.006.412</u>	<u>26.183.488</u>	Não Circulante		<u>468.133</u>	<u>5.157.267</u>
Realizável a longo prazo		2.000.905	250	Outras contas a pagar	12	468.133	5.157.267
Outros investimentos	7	2.000.000	-				
Partes relacionadas		905	250				
Participações societárias	8	25.349.476	25.095.945	Patrimônio Líquido	13	<u>83.305.840</u>	<u>94.835.963</u>
Imobilizado	9	3.651.469	1.081.237	Capital social		57.805.094	57.805.094
Intangível		4.562	6.056	Reserva legal		3.169.774	2.707.032
				Reserva de lucro		22.330.972	34.323.837
Total do Ativo		<u>84.210.407</u>	<u>106.054.644</u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>84.210.407</u>	<u>106.054.644</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do Resultado do Exercício
31 de dezembro de 2024
(Em reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Despesas operacionais		(5.249.909)	(5.717.262)
Despesas gerais e administrativas	14	(5.249.909)	(5.717.262)
Outras receitas e despesas		9.143.530	8.456.297
Resultado de equivalência patrimonial	8	8.428.530	8.456.297
Outras receitas	15	715.000	-
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		3.893.621	2.739.035
Resultado financeiro	16	5.361.176	7.914.963
Receitas financeiras		5.560.155	8.216.870
Despesas financeiras		(198.979)	(301.907)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		9.254.797	10.653.998
Imposto de renda e contribuição social	17	-	-
Resultado do exercício		9.254.797	10.653.998
<u>Resultado por Ação:</u>			
Resultado básico por Ação		R\$ 0,1601	R\$ 0,1843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
31 de dezembro de 2024
(Em reais)

	Capital social	Reservas legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	57.805.094	2.174.334	36.273.528	-	96.252.956
Lucro do exercício	-	-	-	10.653.998	10.653.998
Constituição de reserva de lucros	-	532.700	10.121.298	(10.653.998)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(9.646.166)	-	(9.646.166)
Juros sobre capital próprio	-	-	(2.424.825)	-	(2.424.825)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>57.805.094</u>	<u>2.707.034</u>	<u>34.323.835</u>	<u>-</u>	<u>94.835.963</u>
Lucro do exercício	-	-	-	9.254.797	9.254.797
Constituição de reserva de lucros	-	462.740	8.792.057	(9.254.797)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(19.121.972)	-	(19.121.972)
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.662.948)	-	(1.662.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>57.805.094</u>	<u>3.169.774</u>	<u>22.330.972</u>	<u>-</u>	<u>83.305.840</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro ou prejuízo do exercício	9.254.797	10.653.998
Ajustes		
Depreciação e amortização	694.729	417.547
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizados	404.485	-
Resultado de equivalência patrimonial	(8.428.531)	(8.456.297)
Lucro ou prejuízo do exercício ajustado	1.925.480	2.615.248
Variações nos ativos e passivos		
Ativos financeiros	28.323.146	3.414.496
Tributos a recuperar	(356.109)	(5.590.781)
Despesas antecipadas	4.536	(20.093)
Adiantamentos e outros créditos	508.987	(538.831)
Contas a pagar	21.963	2.346
Obrigações tributárias	(5.607.858)	5.587.462
Obrigações sociais e trabalhistas	(42.414)	(117.535)
Outras contas a pagar	(4.685.805)	(923.156)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	20.091.926	4.429.156
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.667.952)	(631.761)
Aporte de capital em investida	-	(3.064)
Dividendos recebidos	8.175.000	8.280.000
Aquisição de outros investimentos	(2.000.000)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	2.507.048	7.645.175
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Operações com partes relacionadas	(655)	(45)
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio	(20.784.920)	(12.070.991)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(20.785.575)	(12.071.036)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	1.813.399	3.295
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	9.638	6.343
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.823.037	9.638
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	1.813.399	3.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sorrento Administração e Participações S.A., Companhia constituída sob a forma de sociedade de ações de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.690.651/0001-20, com sede na cidade de Curitiba, Paraná.

A Companhia é uma *holding* de instituições não-financeiras, com foco nos investimentos e participações, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades ou empreendimentos, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária, bem como, investimentos financeiros em fundos de investimentos multimercados e renda fixa, ações, títulos públicos e demais produtos disponíveis no mercado financeiro.

A Companhia teve início de suas operações em 01 de abril de 2015, cujos ativos e passivos registrados na abertura do balanço inicial são oriundas da cisão da sociedade Saha Administração e Participações S.A.

As principais participações societárias diretas são:

- a) DCL Administração e Participações Ltda.;
- b) BMFD Administração Empreendimentos e Participações Ltda.
- c) DCL Shopping Center Ltda.

As empresas investidas têm por objeto social a administração e locação de imóveis próprios, inclusive centros comerciais, compra, venda e incorporações de imóveis e gestão de participações societárias. São oriundas da cisão do Grupo Demeterco.

Para fins de controle e segurança, a Companhia segue monitorando toda informação a respeito da Pandemia, e permanece avaliando, em função da sua persistência até a data de emissão destas demonstrações, o impacto no mercado de forma geral e em seus negócios.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as



quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.15.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos do *IFRS* e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos *IFRS*'s não está disponível no Brasil.

2.1. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024:

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2024, que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia:

Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas – Alterações ao CPC 26; e	A classificação de certos passivos como circulantes ou não circulantes pode mudar e, além disso, as empresas podem precisar fornecer novas divulgações para passivos sujeitos a <i>covenants</i> .
Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26	Antes da alteração a Empresa que possuía uma dívida deveria ter um direito seja incondicional de adiar a liquidação por pelo menos 12 meses após a data do relatório. Com a alteração foi removido o requisito de que um direito seja incondicional e, em vez disso, agora exige que um direito de adiar a liquidação exista na data do relatório e tenha substância. Outra alteração é relativa aos passivos não circulantes que estão sujeitos a <i>covenants</i> futuros, as empresas agora precisarão divulgar informações para ajudar os usuários a entender o risco de que esses passivos possam se tornar reembolsáveis dentro de 12 meses após a data do relatório. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações contábeis.



Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06	<p>A alteração do CPC 6 Arrendamentos encerrou as transações de <i>sale-and-leaseback</i> como uma proposta de financiamento <i>off-balance sheet</i>. No entanto, não encerrou os debates sobre a contabilidade de <i>sale-and-leaseback</i>.</p> <p>Os negócios em si são frequentemente altamente estruturados e podem ser materiais, especialmente para vendedores-arrendatários, e a contabilidade deles pode ser complexa. Avaliar se uma transação se qualifica para contabilidade de venda e <i>leaseback</i> sob o CPC 06 é um julgamento fundamental. Calcular o lucro ou prejuízo na venda também nem sempre é intuitivo.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações contábeis.</p>
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03 e CPC 40	<p>O IANBa alterou o CPC 3 Demonstração dos Fluxos de Caixa e o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações introduzem requisitos de divulgação adicionais para empresas que celebram esses acordos. No entanto, elas não abordam a classificação e a apresentação dos passivos e fluxos de caixa relacionados.</p> <p>As alterações prevalecem para operações onde um provedor de financiamento paga valores que o comprador deve aos seus fornecedores. Também quando uma empresa concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos na mesma data ou em uma data posterior à data em que seus fornecedores são pagos. E por fim, quando a empresa recebe prazos de pagamento estendidos ou os fornecedores se beneficiam de prazos de pagamento antecipados, em comparação com a data de vencimento do pagamento da fatura relacionada. As alterações não se aplicam a acordos de financiamento de contas a receber ou estoque.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações contábeis.</p>

A Companhia não possui nenhuma alteração relevante na aplicação destas mudanças nas normas existentes, desta forma, não houve alteração de estimativa ou política advinda destas na preparação destas demonstrações contábeis.

b) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período após em 31 de dezembro de 2024

A seguir apresentamos a lista das alterações recentes que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia, as quais deverão ser aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2025 e que estão disponíveis para adoção antecipada em IFRS (mas não para entidades que reportam



de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil), em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025.

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
1º de janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02)	<p>O IASB alterou a IAS 21, equivalente ao CPC 02, para esclarecer quando uma moeda é trocável por outra moeda e como uma empresa estima uma taxa à vista quando uma moeda não tem capacidade de troca.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Empresa.</p>
1º de janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48 e CPC 40	<p>O IASB alterou o IFRS 9 <i>Financial Instruments</i>, equivalente ao CPC 48, nos requisitos de classificação e mensuração. As alterações incluem orientação sobre a classificação de ativos financeiros, incluindo aqueles com características contingentes.</p> <p>O IASB também alterou o IFRS 7 <i>Financial Instruments: Disclosures</i>, equivalente ao CPC 40. As empresas agora serão obrigadas a fornecer divulgações adicionais sobre ativos financeiros e passivos financeiros que tenham certas características contingentes.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Empresa.</p>
1º de janeiro de 2026	<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards</i> – Volume 11.	<p>As alterações do IASB eliminam o conflito entre o CPC 48 e CPC 47, mais precisamente em como um arrendatário contabiliza o desconhecimento de um passivo de arrendamento de acordo com o parágrafo 23 do CPC 48 e sobre a mensuração inicial de contas a receber comerciais; e sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado constante no CPC 47.</p> <p>As alterações incluem também a orientação sobre o desconhecimento de passivos de arrendamento, como consequência da nova mensuração segundo o CPC 48. A alteração no desconhecimento de passivos de arrendamento se aplica somente aos passivos de arrendamento extintos no início do período de relatório anual em que a alteração é aplicada pela primeira vez.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Empresa.</p>
1º de janeiro de 2027	IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade e Pública: Divulgações	<p>As subsidiárias de empresas que usam as Normas Contábeis IFRS podem reduzir substancialmente suas divulgações e se concentrar mais nas necessidades dos usuários após o lançamento da IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, do IASB. Ainda não há pronunciamento técnico equivalente no Brasil.</p>



Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
		Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Empresa devido a Administração ter a intenção de divulgar a completude das normas, não apresentando nenhuma redução de divulgações das que julga relevante e úteis aos usuários.
Disponível para adoção opcional/dat a efetiva diferida por tempo indeterminad o	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na CPC 36 e na CPC 18)	Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Empresa.

A Companhia não possui nenhuma alteração relevante na aplicação destas futuras mudanças nas normas, desta forma, não identifica antecipadamente impactos relevantes nas estimativas ou políticas advinda destas alterações na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia.

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos na demonstração contábil da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que a é moeda funcional da Companhia.

2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1. CLASSIFICAÇÃO

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Mensurados ao custo amortizado.



a) Ativos Financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de Resultado Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros nesta classificação, conforme nota explicativa nº 4 e 5.

b) Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía adiantamentos, outros créditos e partes relacionadas nesta classificação.

c) Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. São registrados no passivo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía contas a pagar, outras contas a pagar nessa classificação, conforme nota explicativa nº 12.

2.3.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.



Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido significativamente todos os riscos e os benefícios do recurso controlado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em seu resultado financeiro no período em que ocorrem.

2.3.3. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4. IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;



-
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Caso haja indícios de *impairment*, o montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um insignificativo risco de mudança.



2.5. INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme NBC TG 18, para fins de demonstrações contábeis da Companhia, conforme nota explicativa nº 8.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da Companhia ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na investida. O ágio relacionado com a investida é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integra o valor contábil do investimento na coligada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa que pertence.

A participação societária é apresentada na demonstração do resultado da Companhia como equivalência patrimonial, representado o lucro líquido atribuível aos Sócios da coligada.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis, a Companhia determina se é necessário reconhecer a perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua investida. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em coligadas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

2.6. IMOBILIZADO

O imobilizado compreende principalmente terrenos, instalações, veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e está apresentada na nota explicativa nº 9.

A Companhia optou por não fazer refletir o custo atribuído na data da sua adoção inicial.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos não são revisados e ajustados ao final de cada exercício devido à sua irrelevância para estas demonstrações contábeis.



Os ganhos e as perdas de alienações, quando ocorrerem são determinados pela comparação dos resultados como o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Despesas", na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

<u>Grupo de Ativos</u>	<u>Anos</u>
Instalações	10
Veículos	05
Móveis e utensílios	10
Informática e eletrônicos	05

2.7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a softwares adquiridos e licenças. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos



diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

2.8. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Para fins do teste do valor recuperável, os ativos são analisados em relação à UGC ao qual ele está relacionado. Eventuais ativos que tenham vida útil indefinida, como por exemplo o ágio, não estão sujeitos à amortização ou depreciação e são testados anualmente apenas para a verificação de *impairment*.

2.9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.



O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.10. CONTAS A PAGAR

Contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.12. PARTES RELACIONADAS

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado.



2.13. RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especificações de cada tipo de receita.

a) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos, respeitando o regime de competência.

b) Receitas de equivalência patrimonial

As receitas provenientes de equivalência patrimonial são mensuradas com base no percentual de participação da Companhia em suas investidas. A receita de equivalência patrimonial é reconhecida no resultado dentro do grupo de outras receitas operacionais, respeitando o regime de competência.

2.14. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é apenas destacado dentro do patrimônio líquido e somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.15. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo,



com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir.

a) Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação e sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis;

Passivos contingentes - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que: (i) a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações; e (ii) quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis e os classificados como de perda remota não são provisionados nem divulgados.

b) Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

A companhia é optante para o exercício de 2023 pela tributação sobre o lucro com base no sistema de Real trimestral e à tributação do PIS e COFINS segue a modalidade não cumulativa.

Estes tributos são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 60.000 por trimestre para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões



tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

3.2. FATORES DE RISCOS FINANCEIROS

O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota explicativa.

3.3. RISCO DE MERCADO

a) Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Os valores mantidos junto em aplicações financeiras são diariamente monitorados em relação à sua possibilidade de redução significativa de valor, visando sempre a alocação e a segurança financeira de modo que a Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

b) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais de curto e médio prazo. Se necessário, mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não tenha risco de liquidez.



O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é aplicado. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem a valores em caixa e bancos, que estão disponíveis a qualquer tempo e não possuem quaisquer restrições de uso ou ônus, apresentando a seguinte composição:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Caixa	2.709	2.760
Bancos conta movimento	1.780.842	6.878
Bancos conta investimentos	39.486	-
Total	<u>1.823.037</u>	<u>9.638</u>

5. ATIVOS FINANCEIROS

Incluem ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, conforme abaixo:

a) Classificação por natureza e categoria

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Valor Justo por Meio do Resultado		
Fundo de investimentos (i)	7.607.526	66.810.668
Certificados de depósitos bancários (ii)	10.884.031	4.098.411
Notas do tesouro nacional (iii)	10.128.977	-
Debêntures	2.083.840	-
Letras Financeiras (iv)	12.892.104	-
Certificados de operações estruturadas	-	1.010.545
Total	<u>43.596.478</u>	<u>71.919.624</u>

- (i) Referem-se a investimentos em cotas de fundos multimercados, fundos de renda fixa, fundos referenciados em DI e fundo de ações.
- (ii) Referem-se a CDB's, em modalidade renda fixa, indexados a CDI + 1% a 1,5%.
- (iii) Investimentos em Notas do Tesouro nacional, através das instituições Bradesco e XP Investimentos, com indexador atrelado ao IPCA



-
- (iv) Investimentos em Letras Financeiras Simples e Subordinadas, com indexador atrelado ao CDI, proporcionando retornos alinhados às taxas praticadas no mercado interbancário.

b) Valor justo

O valor justo das cotas de fundos de investimento é determinado com base no valor da cota divulgada pelo respectivo administrador.

Para as operações compromissadas e investimentos em letras financeiras com taxas prefixadas, o valor justo é apurado através do fluxo de caixa descontado com base em taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.

Para as operações compromissadas e investimentos em letras financeiras pós-fixadas, os valores contábeis são considerados equivalentes ao seu valor justo.

O valor justo dos títulos públicos federais é determinado com base nos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA ou, na ausência destes, por preços obtidos através de técnicas de avaliação que melhor reflitam seu valor de venda.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

O saldo de tributos a recuperar compreende os valores de saldo negativo de imposto de renda recolhido a maior, os quais serão compensados durante os períodos seguintes por meio do pedido de compensação. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é R\$ 7.701.319 (R\$ 7.345.210 para 31 de dezembro de 2023).

O saldo negativo originou-se, principalmente, na tributação antecipada de fundos de investimento (Regra de Transição), ocorrido através da publicação da lei 14.754/2023, na qual a Companhia sofreu uma retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) no valor de R\$ 5.512.845 em períodos anteriores, sobre um rendimento financeiro de R\$ 36.752.298 também de períodos anteriores, conforme informado no relatório da Instituição Bancária. O montante foi registrado como ativo a recuperar originado pelo saldo negativo de IRPJ no período de 2023, com a expectativa de realização do crédito tributário por meio de restituição, através da elaboração do pedido eletrônico via PerDcomp.



7. OUTROS INVESTIMENTOS

A Companhia reconhece como outros investimentos os aportes realizados em investidas, via aquisição de ações preferenciais no percentual de 11,11% na SPE Terras de David Empreendimentos S/A. Estes ativos são mantidos para obtenção de valorização do capital investido e em 31 de dezembro de 2024 são representados pela monta de R\$ 2.000.000 (sem saldo nas cifras comparativas).

Tais operações não apresentam intenção direta de uso ou alienação na data de reporte e estão avaliadas a custo de aquisição. Os dividendos oriundos destes investimentos são reconhecidos à medida da destinação de resultados das investidas e incorporados diretamente na demonstração do resultado, quando incorridos.

8. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações em coligadas e outras empresas estão detalhadas a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Participações em coligadas	25.349.476	25.095.945
Total	<u>25.349.476</u>	<u>25.095.945</u>

a) Abertura

Em 31 de dezembro de 2024, as investidas apresentam as seguintes características:

<u>2024</u>	<u>Participação</u>	<u>Quotas Capital</u>	<u>Capital Integralizado</u>
DCL Adm. e Part. Ltda	10,00%	4.181.788	41.817.880
BMFD Adm. e Part. Ltda	25,00%	4.039.000	16.156.000
DCL Shopping Ltda	0,20%	67.960	33.980.000

As investidas nas quais a Companhia possui percentuais de participação foram avaliadas através do método de equivalência patrimonial.

**b) Movimentação**

As participações societárias apresentaram a seguinte movimentação durante o ano de 2024:

Investidas	Saldos em 31.12.2024	Equivalência Patrimonial	Distribuições	Saldos em 31.12.2023
DCL Adm. e Part. Ltda	10.082.598	3.301.920	(3.050.000)	9.830.678
BMFD Adm. e Part. Ltda	15.207.071	5.122.102	(5.125.000)	15.209.969
DCL Shopping Ltda	59.807	4.509	-	55.298
Total	25.349.476	8.428.531	(8.175.000)	25.095.945

As investidas tiveram suas respectivas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 auditadas com opinião emitida sem parágrafos de modificação. Abaixo o recálculo da equivalência na data de reporte:

	31.12.2024		
	DCL Administração e Participações Ltda	BMFD Administração e Participações Ltda	DCL Shopping Center Ltda
Resultado obtido pelas investidas	33.019.200	20.488.408	2.254.265
Participação da Companhia nas investidas	10,00%	25,00%	0,20%
Resultado de equivalência patrimonial	3.301.920	5.122.102	4.509

9. IMOBILIZADO**a) Abertura do imobilizado**

	Taxa	31.12.2024			31.12.2023
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	1.153.630	(590.760)	562.870	99.735
Veículos	20%	3.803.980	(971.398)	2.832.582	903.667
Móveis e utensílios	10%	366.050	(169.771)	196.279	36.015
Computadores e periféricos	20%	147.432	(87.694)	59.738	41.820
Total		5.471.092	(1.819.623)	3.651.469	1.081.237



b) Movimentação do imobilizado

	31.12.2024	Adições	Baixas	31.12.2023
Custo	5.471.092	3.667.952	(2.073.908)	3.877.048
Instalações	1.153.630	773.950	(245.107)	624.787
Veículos	3.803.980	2.522.532	(1.671.422)	2.952.870
Móveis e utensílios	366.050	336.328	(157.379)	187.101
Computadores e periféricos	147.432	35.142	-	112.290
Depreciação	(1.819.623)	(693.235)	1.669.423	(2.795.811)
Instalações	(590.760)	(65.708)	-	(525.052)
Veículos	(971.398)	(591.618)	1.669.423	(2.049.203)
Móveis e utensílios	(169.771)	(18.685)	-	(151.086)
Computadores e periféricos	(87.694)	(17.224)	-	(70.470)
Saldo líquido	3.651.469	2.974.717	(404.485)	1.081.237

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição das obrigações tributárias está apresentada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
IRRF a recolher	32.921	79.740
COFINS a recolher	13.268	41.009
PIS a recolher	2.091	6.595
Outras obrigações a recolher	742	16.691
IRRF retido a realizar (a)	-	5.512.845
Total	49.022	5.656.880

- (a) O Imposto de Renda Retido na Fonte é decorrente da tributação antecipada para fundos de investimentos, nos moldes da Lei 14.754/2023. A retenção do IRRF tem como período base o ano de 2023 conforme o Informe de Rendimentos apresentado pela Instituição Bancária, pelo qual a retenção efetiva somente ocorreu na conta de aplicação em janeiro de 2024.



11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A composição das obrigações trabalhistas e encargos sociais pertinentes à folha de pagamento é a seguinte:

	31.12.2024	31.12.2023
Participações nos lucros	175.430	223.172
Provisão de férias	76.066	79.715
INSS a recolher	55.647	48.833
FGTS a recolher	16.800	14.637
Total	323.943	366.357

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição de outras contas a pagar está demonstrada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Outras contas a pagar	11.770	8.441
Circulante	11.770	8.441
Juros sobre capital próprio a pagar	468.133	1.167.832
Débito com pessoas ligadas	-	3.989.435
Não Circulante	468.133	5.157.267
Total	479.903	5.165.708

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, baseado no estatuto social e na terceira assembleia geral extraordinária é de R\$ 57.805.094, totalmente subscrito e integralizado, representado por 31.403.747 de ações com direito a voto e 26.401.347 ações preferenciais. Todas as ações de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

	Cristina Demeterco Raad	Isabel Demeterco Raad Carneiro	Gabriel Raad	Total
Ações ordinárias A	-	50	50	100
Ações ordinárias B	-	15.701.823	15.701.824	31.403.647
Ações preferenciais	19.268.366	3.566.491	3.566.490	26.401.347
Total de ações	19.268.366	19.268.364	19.268.364	57.805.094
Participação %	33,34%	33,33%	33,33%	100,00%

**b) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com o disposto na legislação societária. A critério da Companhia, a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto da Companhia, os dividendos e os juros sobre capital próprio poderão ser pagos conforme determinado em comum acordo entre os Acionistas a depender da estratégia de fluxo de caixa e outros aspectos decisórios da Companhia, respeitando sempre o pagamento de forma proporcional ao percentual de participação de cada um deles.

Em conformidade com a Lei no. 9.249/95 a Administração pode optar por fazer distribuições de juros sobre o capital próprio a seus acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo se aplicável.

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas apresentam a seguinte composição:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas com pessoal	2.231.522	2.543.472
Despesas com aluguel	227.723	232.667
Despesas administrativas	183.661	112.119
Impostos e taxas	380.291	447.085
Prestação de serviço de terceiros	1.018.839	1.641.814
Manutenção de bens móveis e imóveis	184.279	150.154
Depreciação e amortização	694.729	423.546
Despesas com seguros	87.990	70.133
Material de uso e consumo	13.593	13.634
Despesas gerais	227.282	82.638
Total	<u>5.249.909</u>	<u>5.717.262</u>



15. OUTRAS RECEITAS

A composição de outras receitas está demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Ganho/ (Perda) na alienação de ativo imobilizado	715.000	-
Total	<u>715.000</u>	<u>-</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido apresenta a seguinte composição:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Juros passivos	(186.079)	(299.601)
Juros sobre financiamentos e arrendamentos	(10.493)	(186)
Despesas bancárias	(2.407)	(2.120)
Despesas financeiras	<u>(198.979)</u>	<u>(301.907)</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	4.840.979	8.007.031
Outras receitas financeiras	719.176	209.839
Receitas financeiras	<u>5.560.155</u>	<u>8.216.870</u>
Resultado financeiro	<u>5.361.176</u>	<u>7.914.963</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, está a seguir demonstrada:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	9.254.797	10.653.998
Adições	274.130	227.124
Adições Temporárias	-	-
Adições Permanentes	274.130	227.124
Exclusões	(10.091.479)	(10.881.122)
Exclusão Temporária	-	-
Exclusão Permanente	(10.091.479)	(10.881.122)
Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(562.552)</u>	<u>-</u>
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-
Total despesa de tributos sobre lucros	<u>-</u>	<u>-</u>



18. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o total da remuneração do pessoal chave da administração foi como segue:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Clifton Jacques Renck	-	459.482
Total	<u>-</u>	<u>459.482</u>

* * * * *